

OS DESAFIOS DA BUSCA DE UM PODER NAVAL NO SÉCULO XXI

“Aquele que controla o mar controla o comércio; aquele que controla o comércio mundial controla as riquezas do mundo e, conseqüentemente, o mundo em si.”

Sir Walter Raleigh
(1552 – decapitado em 29 de outubro de 1618,
na Torre de Londres)

REGINALDO GOMES GARCIA DOS REIS*
Contra-Almirante (Ref^º)

SUMÁRIO

Introdução

O ponto de partida para uma concepção estratégica naval

Uma breve visão contemporânea. O contexto

Os sonhos e as realidades – Conclusão

INTRODUÇÃO

A frase acima, que dá início a este breve artigo, produto de alguém que, além de escritor, poeta, cortesão, oficial e explorador inglês, participou do projeto de colonizar a América do Norte, com a fundação, em 1584, do estabelecimento da Virgínia, dá uma boa dimensão da concepção estratégica que aflorou com as ações de Henrique VIII

e Elizabeth I, em especial após a derrota da Invencível Armada, no fortalecimento do Poder Marítimo e, por consequência, do Poder Naval. Acrescenta-se que Raleigh atuou como corsário às ordens de Elizabeth I.

A leitura do texto de Raleigh remete pelo menos a textos bem similares de autoria de Mackinder e, posteriormente, de Spykman. Tal curiosidade histórica abre o caminho para que surja uma indagação: dentro das forças

* Chefe do Departamento de Ensino da EGN, exerceu comandos nos diversos postos da carreira. Serviu no Comando em Chefe da Esquadra (Operações) e no CAAML (chefe do Departamento de Instrução). Foi vice-diretor da EGN e instrutor de Planejamento Militar e Jogos de Guerra. Autor de trabalhos para revistas especializadas e capítulos em livros sobre estratégia; defesa e segurança; e relações internacionais. Recebeu o Prêmio Revista Marítima Brasileira, em 2007.

geopolíticas que se confrontam, pode-se ver tal constatação como uma constante? Será efetivamente o século XXI eminentemente marítimo em sua característica principal? Qual a interferência da globalização e do papel dos novos atores que emergem no século XXI para tal processo de maritimização? Em sendo constatada tal evidência, como irão ser impactadas as concepções estratégicas, em especial, a marítima e a naval?

É claro que não se podem esperar todas as respostas neste simples texto. Entretanto, deseja-se suscitar a reflexão e a crítica para pensar-se em um ponto de partida no processo de conceber os meios e a estrutura organizacional, por meio dos quais o verdadeiro acionador dos processos, as pessoas por trás das estruturas materiais, possa conduzir os planos e projetos. Esta ideia assume papel crucial para o nosso Brasil, diante dos desafios que lhe estão reservados, de forma independente de desejar participar ou não dos destinos das relações internacionais. Não há evidências claras sobre o futuro que desconhecemos. Mas a dinâmica da história do mundo recomenda que se busque no seu âmago algum tipo de conselho para entendermos os desafios do século XXI quanto aos temas de segurança e estratégia.

O PONTO DE PARTIDA PARA UMA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA NAVAL

A mudança do mapa geopolítico mundial, brevemente suscitada em alguns exemplos contemporâneos, permite chamar

a atenção para que a abordagem das forças profundas geopolíticas deixem de ser uma sistemática oposição entre “Continentalidade” e “Maritimidade”.

A história do pensamento geopolítico e estratégico mostra como as visões precisam estar integradas. A cada dia configura-se a dependência do mar, antes como caminho do descobrimento e difusão de ideias. Posteriormente, com a sua marca indelével nos campos político, econômico, social, científico/tecnológico e militar. Uma característica atual pode ser simbolizada no contêiner como uma evidência empírica da “extensão do Poder Marítimo” como

um vetor decisivo e influente nas questões mundiais.

Por tais evidências empíricas, alguns analistas estratégicos têm se preocupado em identificar qual será o papel do Poder Naval, como ponto de sustentação do Poder Marítimo, diante dos desafios que se amplificaram desde o alvorecer do século XXI. O grau de instabilidade crescente aumentou a

incerteza e levou a uma condição de insegurança que se apresenta no formato de crises e de conflitos. Os analistas de curto prazo deixam de verificar que as “novas ameaças” não fizeram desaparecer as “velhas ameaças”. As “novas” ganham impulso ao usarem o avanço tecnológico para praticarem os efeitos danosos que sempre objetivaram.

A leitura dos textos dos analistas contemporâneos permite identificar pontos em comum que, de um modo sintético, abrem um caminho para buscar o delineamento de um Poder Naval. Este breve artigo não poderá

A cada dia configura-se a dependência do mar, antes como caminho do descobrimento e difusão de ideias. Posteriormente, com a sua marca indelével nos campos político, econômico, social, científico/tecnológico e militar

explorar cada um dos componentes que constituem a proposta de um método. Entretanto, dará ensejo a discutir se o ponto de partida de uma concepção estratégica naval guarda similaridades com os atributos históricos que ensejaram ao ser humano enfrentar os desafios da imensidão dos oceanos.

A trajetória da proposta de método tem em comum entre as análises estratégicas o seguinte roteiro: identificar o contexto geopolítico e as tendências decorrentes das influências dos diversos atores, estatais e não estatais, no tabuleiro de xadrez interno e externo; em seguida, contextualizar os fundamentos conceituais e verificar suas continuidades e descontinuidades e, em decorrência, a atualidade das estratégias marítima e naval, especialmente em função das inovações tecnológicas. Estas evoluem hoje em dia em ciclos cada vez mais curtos.

A chegada no ponto acima irá conduzir a discussão e a análise dos fundamentos da guerra naval desde as suas raízes históricas, para identificar o esboço de uma estratégia naval atual. Esta obrigará a rever as diversas formas de estruturar organizacionalmente o Poder Naval, com apoio nos aspectos qualitativos e quantitativos. Desse modo, surgirá uma inexorável vinculação entre as plataformas desejadas e as operações a serem executadas, sejam conjuntas ou não.

A gama de operações passíveis de atrair a presença do Poder Naval é, contemporaneamente, crescente, mesmo em tempo de paz, com a presença na mediação de conflitos ou em crises humanitárias. Neste aspecto, as Marinhas acentuam as suas diferenças com as demais forças no que se convencionou hoje denominar de Diploma-

cia Naval, antigamente conhecida como Emprego Político do Poder Naval.

A separação em níveis de condução dos conflitos em seus quatro elementos (político, estratégico, operacional e tático) não significa tratá-los de forma isolada. A visão integrada da manobra de crises acentua o papel das Marinhas como instrumento de política externa. Hoje, alguns analistas cunharam a expressão “Gestão de Caos” para enquadrar os problemas derivados das “novas ameaças” (HENROTIN, 2011 – COUTEAU-BÉGARIE, 2010)

A definição de um Poder Naval calcada somente em argumentos baseados na estrutura de plataformas em constante evolução

A visão integrada da manobra de crises acentua o papel das Marinhas como instrumento de política externa

devido às inovações tecnológicas atende somente ao debate entre as correntes dos “tecnofobos” e os “tecnófilos”. Ambas perdem de vista as peculiaridades da interrelação da estratégia naval com a estratégia marítima e

dessa com a grande estratégia. Até aqui, pode-se observar como é difícil e complexo incorporar em uma concepção estratégica todas as variáveis, com seus diversos graus de impacto, na busca de um Poder Naval.

A estratégia naval ainda se ressentida de uma teorização plena que vá além de correlacionar as suas funções com os tipos de operações militares. Talvez a forte interligação com o Poder Marítimo (a força conceitual do termo *Sea Power* criado por Mahan) leve a uma zona de conforto com o que se chama de tarefas clássicas do Poder Naval. Este é um elemento diferenciador vital, com base histórica, em relação às forças armadas terrestres e aéreas. Vislumbra-se, assim, uma narrativa encadeada que tem como ponto de partida o uso do mar, no decorrer dos ciclos longos do tempo, pelo

homem no decorrer da história. É o que Geoffrey Till denomina e apresenta como os quatro atributos do mar.

A manobra, o choque e o poder de fogo são três aspectos que sempre estiveram e estão presentes na atuação de um Poder Naval no nível tático para atender às exigências dos interesses nacionais, em especial aos condicionados pelo Poder Marítimo. É assim que a projeção de poder, o controle ou domínio dos mares, as ações de guerra naval nos níveis táticos e estratégicos e as ações de bloqueio e embargo até a guerra no litoral permeiam a história naval e continuam a estar presentes no emprego político do Poder Naval. (COUTEAU-BÉGARIE, 2010)

Os atributos visualizados em razão do uso do mar, acoplados de forma integral com as tarefas clássicas do Poder Naval, constituem uma abordagem funcional. Entretanto, faz-se necessário expressar os reflexos dos atos dos atores estatais e não estatais, que vão levar a pôr em execução as visões geopolíticas. Pode-se dizer, como nos demonstrou Couteau-Bégarie (Tratado de Estratégia), que são poucos os estrategistas navais. Encontram-se muitos analistas de estratégia. Os próprios Mahan e Corbett tiveram, por seu turno, influências não ligadas diretamente ao Poder Marítimo e ao Poder Naval. Mahan apreciava Jomini, um teórico da guerra terrestre. Corbett apoiava-se em Clausewitz, que nem sequer pensou sobre a guerra no mar. (HENRONTIN, 2011)

Do aspecto acima apontado, surge a razão de que a integração dos atributos e das funções possa definir as características do Poder Naval, conhecidas como sendo a mobilidade, a flexibilidade, a versatilidade e, em especial, a permanência. Esta, especialmente, reforça a diferença de atuação da força naval, por razões da Estratégia Marítima impactando a Estratégia Naval, com suas peculiaridades em relação às forças terrestres e aéreas. Pode-se dizer que a

Estratégia Naval não foi plenamente definida pelos autores clássicos. Mas tal aspecto não impede que se tenha uma concepção estratégica para o emprego do Poder Naval.

Nesta altura, não é demais aduzir como a concepção estratégica ligada às lides do mar está umbilicalmente ligada a ciência, tecnologia e inovação. Não se quer dizer que as outras forças não sejam impactadas pelas evoluções tecnológicas. Entretanto, nenhuma outra força conheceu tanta evolução técnica como as forças navais. Um rápido passeio histórico no que diz respeito, por exemplo, à propulsão leva-nos dos barcos a remo, passando pela vela e o vapor até ao uso da propulsão nuclear.

As mudanças tecnológicas impactaram, e ainda continuarão a fazê-lo, explorando e ampliando a multidimensionalidade das ações de guerra naval. Tal liberdade dimensional responde às demandas da concepção estratégica, e, assim, cresce a capacidade de influir estrategicamente, em qualquer cenário, pelo emprego do Poder Naval. Isso leva a modificar as estruturas das forças navais em termos de meios para permitir adequação às áreas de atuação consentâneas com a especificidade do meio ambiente marítimo.

As Esquadras, termo que simboliza a estruturação de força naval com ênfase na aplicação do “poder”, sempre buscaram a diversificação e o aproveitamento da evolução tecnológica. A sua capacidade de adaptação foi, e continuará a ser, a forma de conciliar a estratégia de meios com as exigências relacionadas ao Poder Marítimo e aos interesses nacionais do Estado. Um simples exemplo de tal assertiva é o aumento do deslocamento dos navios para que, no ciclo de vida, eles possam acomodar os ciclos mais curtos das evoluções tecnológicas do material, em especial os sistemas de armas e sensores e a demanda de energia. (NORMAN FRIEDMAN, 2001)

Um breve exemplo de incorporarem-se modismos, sem a prudência de análises mais profundas, diz respeito à criação de nomenclaturas como guerra de quarta geração e, até mesmo, a incorporação do termo guerra cibernética, apesar do inegável valor desta sobre os sistemas em que se apoiam as diversas atividades do mundo atual. Não se pode esquecer que a definição dos conflitos também compreende lidar com aspectos subjetivos, como a psicologia coletiva, além de que o atingir dos objetivos políticos compreende usar ações de presença física, como exemplificam as inconclusivas intervenções no Iraque e no Afeganistão no início deste século. Não se deve esquecer que, no início do século XX, todos os cabos submarinos de comunicações eram

controlados pelos britânicos. Graças a isso, ao início da Primeira Guerra Mundial os britânicos tinham quebrado os códigos alemães, o que lhes proporcionou grande vantagem. (NORMAN FRIEDMAN, 2001)

Quais são os atributos do mar? Segundo Geoffrey Till, a figura abaixo dá uma perfeita visualização da sua integração com o Poder Naval.



Fonte: (*Seapower: A guide for the Twenty First Century*, p. 24)

O mar como recurso é auto explicativo desde a busca por alimentos há milhares de anos. Continuará sendo, apesar das ações predadoras na pesca por parte de alguns países. Além disso, outros recursos naturais começam a ser extraídos do mar para atender às demandas das economias em desenvolvimento de países como China, Índia e outros emergentes. A tendência é de que haja um aumento na competição por recursos primários, cuja escassez faz com que se tornem mais valiosos. A experiência histórica mostra como ciclos econômicos semelhantes tiveram um papel importante na ocorrência de diversos conflitos. Hoje, analistas internacionais apontam para o surgimento de um novo triângulo do “ouro negro”, cujos vértices estão localizados no

Golfo do México, no Golfo da Guiné e na “Amazônia Azul” nos campos do pré-sal brasileiro (fonte: <http://estudiosdelaener.blogspot.com.br/2010/07/perforacion-en-aguas-profundas-el.html>).

O mar como meio de transporte e intercâmbio não trata só de produtos, mas, como no passado, de propagação de ideias. As rotas do comércio estão presentes de forma crescente na atividade de qualquer país. Pode-se até, no caso do Brasil, afiançar que a influência das linhas de comunicações marítimas atravessam as portais das fazendas. O contêiner fornece o incremento do transporte marítimo até mesmo para cargas que antes não se valiam do seu uso, como, por exemplo, soja, carnes e seus derivados. A globalização, sem qualquer juízo de valor sobre ela, estabelece um grau cada vez mais acentuado de interdependência entre uma ampla gama de países.

As rotas comerciais começam a ser afetadas pelas mudanças climáticas. Não

se pode descartar a influência geopolítica de tal fato nos interesses dos mais diversos países. O Ártico é um bom exemplo da atualidade desse atributo. No passado, muitos conflitos ocorreram em função do Canal de Suez e do Canal Panamá, só para citar dois casos que sustentam a argumentação. É a força de ação da geoeconomia. (ALVES DE ALMEIDA e VIDIGAL, 2009)

A própria competição comercial pode ser vista como uma forma de conflito entre fornecedores rivais, por exemplo, ao disputar mercados clientes. A defesa desses interesses buscou historicamente apoiar-se nas Marinhas. Há pelo menos duas razões que correlacionam o comércio marítimo com os conflitos. A primeira é que a prosperidade econômica, por consequência o desenvolvimento de um país, não se faz de forma independente do comércio marítimo. Daí a concentração do transporte marítimo em tão poucas empresas, que se digladiam em tempo de paz. Historicamente, nas guerras, as linhas de comunicações marítimas são objeto de ações ofensivas.

Uma segunda razão deriva da primeira. Nas suas análises, Mahan alertou sobre vulnerabilidade e sensibilidade do sistema de comércio marítimo mundial. Desse modo, requer ser protegido, função primordial das Marinhas. A maior parte dos *choke points* (pontos focais) atuais foram enumerados por Mahan ao analisar o Poder Marítimo do Império britânico. Era assim que tinham a chave para abrir e fechar a passagem em vários pontos estratégicos no mundo. Tal aspecto faz um vínculo direto com o quarto atributo do mar, quando a expansão do mercantilismo demonstra historicamente como o complexo sistema de comércio marítimo pode ter o seu lado negativo.

O terceiro atributo ensaja entender o mar como meio de informação e difusão de ideias. No início leva a intercambiar temas ligados ao comércio, mas depois

outros valores culturais começam a se propagar. Foi também, e ainda é, um meio para propagar certas doenças até de caráter epidêmico. Hoje, o transporte aéreo acelera a disseminação. Um outro exemplo reside nos atuais desafios emanados pela proliferação de espécies não naturais trazidas de uma determinada região para outro ponto do planeta pelas águas de lastro. No passado, foi a forma de levar o cultivo de determinadas *commodities* para outras regiões do planeta.

Outro aspecto ligado ao terceiro atributo continua a ser a busca do conhecimento sobre a imensidão marítima que ocupava quase $\frac{3}{4}$ do planeta. No passado, as navegações da Escola de Sagres e as expedições de James Cook e, mais tarde, de Darwin dão um resumo do que Geoffrey Till sintetiza como as motivações para conhecer o mar: a pesquisa científica de alto nível, o interesse comercial e o interesse estratégico. Com as três motivações estão postas razões para ocorrer tanto a cooperação como o conflito. (GEOFFREY TILL, 2004)

O mar continua a ser o incentivador para pesquisas em suas profundezas, pois se conhece pouco do que lá se oculta. Por outro lado, ele muito tem de influência sobre as condições climáticas, tema que hoje levanta sérias dúvidas sobre a perenidade da vida humana neste planeta. Percebe-se, assim, que por muito tempo o mar continuará a ser um desafio para a busca de informação, a outra face da moeda da difusão. Hoje em dia grande parte da difusão de ideias propaga-se pelo oceano virtual da internet. Isto não substitui a necessidade de conhecer a face escura dos oceanos.

O quarto atributo, o mar como domínio, vincula-se aos demais, em especial ao segundo. A ideia força deste atributo percebe-se, de modo bem claro, no texto atribuído a Walter Raleigh, que abre este artigo.

Os atributos do mar são o ponto de partida para definir as funções clássicas

do Poder Marítimo, na sua essencial característica em ser relativo, uma vez que ele é percebido em relação a algum outro oponente possuidor de potencial marítimo. Assim, desenvolve-se uma concepção estratégica, marítima e naval que vai determinar a natureza das forças a serem empregadas nas operações marítimas. É o alcance dessas atividades que condiciona a estrutura organizacional e as delegações de comando. Isto enfatiza as suas características especiais e a diversidade no que tange às demais forças.

A aplicação da concepção vale-se da doutrina para passar do campo teórico aos desafios do mundo real. Entretanto, a doutrina terá que ser permanentemente adaptável, preferencialmente quanto às novas possibilidades oferecidas pelas inovações tecnológicas e aos câmbios dos cenários geopolíticos. Isto pode gerar diversidades de especializações dentro das Marinhas, com a ameaça de fragmentações. A forma de manter a unidade e a transmissão de conhecimento na busca de

propósitos comuns dentro das Marinhas foi e continua sendo as Esquadras. Foi neste tipo de estrutura organizacional que os países, desejosos de afirmar os seus interesses no cenário geopolítico, assentaram as suas bases de poder. Não se vislumbra substituto a curto e médio prazos para tal forma de organização. A contínua percepção pelos homens do mar do enlace permanente do Poder Marítimo com o papel a ser desempenhado pelo Poder Naval precisa ser mantida nos corações e nas mentes das gerações que

se sucedem nas lides do mar. É a imagem simbólica das Esquadras que permite a continuidade da força que emana do mar. As plataformas poderão mudar individualmente nos seus arranjos de sistemas materiais, mas a unidade doutrinária, sem cair na armadilha do dogma, para usufruir dos atributos do mar permanecerá assentada na atuação das Esquadras.

“Esquadras não se improvisam”, alertou-nos uma vez Ruy Barbosa.

UMA BREVE VISÃO CONTEMPORÂNEA. O CONTEXTO

A análise do mais complexo fenômeno multifacetado que é a guerra foi, é e continuará a ser um grande desafio para todos os campos do conhecimento. Não tem sido diferente o início do século XXI. A dinâmica do mundo real está sempre a surpreender os que acreditam em determinismos, com base em modelos acadêmicos que fragmentam os estudos arraigados em seus domínios específicos. As grandes

A forma de manter a unidade e a transmissão de conhecimento na busca de propósitos comuns dentro das Marinhas foi e continua sendo as Esquadras. É a imagem simbólica das Esquadras que permite a continuidade da força que emana do mar

linhas de força das relações entre os atores estatais e não estatais irão representar uma múltipla e diferenciada intensidade dos vetores políticos, sociais, militares, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais.

A última década do século XX, fruto do colapso da ex-União Soviética e da queda do Muro de Berlim, primou pela ligeireza de análises conclusivas sobre o futuro das relações internacionais. A cada momento éramos comunicados que o fim da história havia chegado. Os *experts* dos países peri-

féricos agarraram-se a tal verdade absoluta, sem sequer ponderar sobre a possibilidade dos erros das visões de curto prazo que não consideram a linha de tempo do longo prazo da geo-história.

As alterações de perspectivas que surgem da emergência de crises precisam ser validadas pelo mundo real. Não se trata de fazer apologia dos conflitos, mas de reconhecê-los como presentes na nossa realidade. Os desejos conflitantes fazem parte intrínseca da natureza dos seres humanos. Esta é a realidade das evidências históricas, plenas de riscos, ganhos e perdas. Clausewitz mostra que há em todo o processo do conflito o “nosso lado”, praticante de atos violentos por uma causa que irá aglutinar e mobilizar toda uma sociedade. É factível questionar se tal atitude não está mais presente em nossas sociedades? (COLIN GRAY, 2005)

O mundo convive com Estados em níveis bem diferentes do que se entende como desenvolvimento. Há reconhecidamente um abismo de desigualdades entre os atores estatais, como também no interior de cada sociedade. A violência interna em cada Estado é, por vezes, conhecida como um indicador da chamada paz social. Deve ser enfatizado que tal indicador não pode ser, de forma simplista, analisado apenas do ponto de vista de interesses exclusivamente econômicos.

Cabe aqui buscar uma citação de Lawrence H. Keeley na sua obra *A guerra antes da civilização: o mito do Bom Selvagem*:

“A guerra sempre foi um tópico interessantíssimo. Ela concentra e intensifica algumas das nossas emoções mais fortes: coragem e medo, inspiração e pânico, egoísmo e abnegação, ambição e generosidade, patriotismo e xenofobia. O estímulo da guerra incitou seres humanos a criar prodígios de engenhosidade, inspiração, cooperação, vandalismo e crueldade.” (LAWRENCE KEELEY, 2011)

O autor demonstra em seus estudos que não há lugar para escapismos, como o mito do bom selvagem legado por Rousseau. A bondade natural não resiste aos aspectos encontrados nos trabalhos arqueológicos e antropológicos. Havia uma teoria desligada das comprovações fruto de evidências. O trabalho aponta que as guerras tribais eram em realidade, ao seu modo, guerras totais. Evidentemente que os recursos e meios mobilizados não se aproximam da escala das guerras e conflitos ocorridos nas guerras modernas. Entretanto, Keeley mostra, por meio de gráficos estatísticos, os variados níveis de letalidade das guerras tribais e das guerras das “civilizações”. O resultado é surpreendente. Não poderia ser de outro modo quando a luta é pela sobrevivência.

A argumentação de Keeley sobre a discussão da guerra antes da civilização acaba por concluir que apenas chegamos ao lugar em que começamos, com um catálogo muito conhecido de mortes, estupros, saques, destruição e terror... O conflito armado primitivo e histórico foi tão terrível e eficaz quanto as suas versões históricas e civilizadas. A guerra é o inferno, independentemente de ser lutada com lanças de madeira ou napalm. Aduz, ainda, entre outras lições, que devemos considerar o comércio como uma fonte especialmente produtiva de conflitos violentos e tratar nossos parceiros comerciais mais próximos com cuidado especial. Relembrem-se as assertivas de Raleigh, Mackinder e Spykman.

O auxílio da análise geográfica e histórica que a multidisciplinaridade da geopolítica oferece-nos ensina a oportunidade para dar um salto no tempo e buscar o contexto contemporâneo.

A atual crise econômica e financeira teve como marco simbólico a falência do Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008. Em 11 de setembro de 2001, ocorreu um ataque terrorista ao centro do coração

do poder político e econômico dos EUA. O epicentro dos dois graves acontecimentos está no mesmo local geográfico. Uma infeliz coincidência até no mês.

A dinâmica própria do mundo real incumbe-se de criar eventos, inesperados ou não, que alteram o mapa geopolítico. É assim que pode ser visualizada a crise que nasceu com os títulos do *subprime*, no financiamento de imóveis dentro dos EUA. Esta crise chegou em todos os lugares do planeta, em razão da interdependência e da globalização. Estas são alavancadas pela evolução da Tecnologia de Informação e Comunicações (TIC), que faz “encurtar” as distâncias e acelera os processos de tomada de decisão. Estaria o mundo atual com suas faces real e virtual coexistindo simultaneamente? Isto criaria um novo paradigma: a “cronogeografia”?

Foi a questão do *subprime* somente econômica e financeira? A resposta é não. Com o benefício da análise pós-acontecimentos, pode-se reforçar a ideia de que o mundo real é multidisciplinar. A crise desencadeou uma onda de problemas sociais que foi se somar a outros conflitos que se desenvolvem por muitos anos. Afloram as crises e os conflitos, que por vezes estavam apenas adormecidos ou hibernando.

Crece a intensidade do entrelaque das forças profundas nos campos político, psicossocial e militar. Como exemplos, podem-se citar, entre outros, o aspecto demográfico e as atitudes diante das migrações; o acirramento de posições protecionistas no comércio internacional e a volta da discussão do papel do Estado, atuando como elemento de última instância no salvamento de grandes grupos econômicos e financeiros.

Os eventos geopolíticos de curto prazo precisam ser interligados com as forças que se manifestam em uma dinâmica mais lenta, comportando-se quase como constantes,

porém mantendo de forma indelével os seus impactos.

A visão acima obriga a que se revise brevemente os anos de 1980 e 1990. Eles foram notórios pela disseminação de “verdades” que hoje os fatos contestam. É um alerta sobre os modismos. Muitos estarão lembrados da “dúvida” que era semeada, inclusive no Brasil, quanto à necessidade de despender recursos com as Forças Armadas. Uma série de outras ideias contraditórias foi aceita sem grandes e profundas reflexões: o papel do Estado colocado sob dúvida, a dolarização da economia e outros temas afins. Não se deseja o Estado centralizador e decisor de tudo, mas sim aquele que atue para que sejam asseguradas as três autonomias, buscadas por qualquer nação: alimentar, energética e militar.

A ideia-chave é que antes de a crise do *subprime* ter a dimensão atual, o desafio já estava lançado, consentâneo com a era do conhecimento, que leva a uma quebra de paradigmas. Neste contexto, vicejam a interdependência e a globalização.

O lado real é o cenário dos 3I, com a crise desencadeada em 2008, reforçando a instabilidade, a incerteza e a insegurança. É o medo do desconhecido com o redesenho do mapa geopolítico mundial. Como é ele afetado, por exemplo, pela dinâmica resultante do crescimento da China e da Índia?

As notícias recebidas por qualquer tipo de mídia mostram a convulsão em que se encontra o mundo após o irromper da crise de 2008. Ao verificar a situação dos países tradicionais da Europa, hoje integrados na União Europeia (UE), temos uma boa visão da dimensão impactante do econômico no político e social.

As mais recentes estimativas divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional sobre a zona do euro – relembando que nem todos os países que integram a UE têm o euro como moeda – transmitem um quadro

real da desesperança. Até mesmo a política de austeridade econômica, defendida como solução pela Alemanha, a maior economia da Europa, é posta sob fortes ataques. Alguns números são assustadores, uma vez que de janeiro a março de 2013 houve uma contração na zona do euro de 0,2%. A zona do euro (17 países) sentiu a contração econômica pelo sexto semestre consecutivo. A dívida pública continua crescente. (*Jornal Valor*, 17/5/2013)

A correlação positiva da economia com o social aparece nas elevadas taxas de desemprego: França (11,18%), Grécia (26,99%), Itália (12,04%), Portugal (18,25%), Espanha (27%), e Irlanda (14,24%). É interessante notar que a Irlanda era apontada, antes de 2008, como um exemplo a ser seguido. (*Jornal Valor* – Caderno Eu e Fim de Semana, 17/5/13, pp. 4 a 12).

Aos dados acima, agrega-se o fato relevante de que a taxa de desemprego entre os jovens em alguns países ultrapassa os 50%, mesmo quando eles possuem nível de educação superior, como é o caso da Espanha (52,4%) e da Grécia (54,2%). Estes dados constam de um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Tendências Mundiais do Emprego Juvenil 2013 – e aduzem que a taxa de desemprego mundial entre jovens cresce. As estimativas indicam que será de 12,8% em 2018. Mais desesperança e falta de confiança no futuro significam as sementes de conflitos.

O ano de 2011 trouxe as lufadas de ventos fortes em uma área já conhecida por instabilidades. Foi a chamada “Primavera Árabe”, quando, mais uma vez, analistas ocidentais “enxergaram” sinais de mudança de rumo para caminhos democráticos, pautados em um modelo ocidental baseado na participação popular. Hoje percebe-se que, em alguns países, o que ocorreu foi um “Forte e Impiedoso Inverno”. A queda dos governos

autoritários não trouxe flexibilização, e os governos, quando existem, são instáveis e pressionados por forte oposição. Os casos da Líbia e da Tunísia são paradigmáticos.

O grande arco de instabilidade que se inicia na África e avança pelo Oriente Médio até os confins da Ásia continua a ser um grande desafio sobre a efetividade do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). As respostas dadas por esse fórum de discussão não conseguiram atender às exigências da sociedade internacional. O caso da guerra civil da Síria é um exemplo de como os atores externos, ao tentarem influenciar o desenrolar das ações, acabaram por produzir eventos paradoxais, contribuindo para fortalecer naquela área de decisão grupos que se opõem aos financiadores externos, que interferem no conflito. São adversários em outros pontos do mapa geopolítico mundial.

Os conflitos derivados da “Primavera Árabe”, em conjunção com a crise econômica na UE, têm protagonizado uma série de ações na UE para impedir a entrada de migrantes. Nos EUA, a promessa feita na campanha pela reeleição por Barack Obama não se transformou em atos legais concretos no seu segundo mandato. A deportação de imigrantes continua, inclusive de brasileiros.

O terrorismo se espalha em diversas regiões. O Iraque não encontrou a sua condição de segurança, com crescentes embates internos. Os acontecimentos da Maratona de Boston mostraram como a ameaça de atuações isoladas pode desmontar em pouco tempo as estruturas criadas para monitorar e impedir ações tão nefastas.

A relação restrita de problemas a serem enfrentados não pode deixar de incluir as atitudes da Coreia do Norte levando todo um clima de insegurança a uma ampla região do Pacífico, com base na sua capacidade, por vezes não confirmada por ana-

listas externos, de lançar vetores de longo alcance com carga nuclear. O “equilíbrio do terror”, tão discutido durante a Guerra Fria, agora se espria pela possibilidade do seu uso por um grupo maior de países, em especial dentro do arco de instabilidade anteriormente configurado.

A rápida passagem por pontos do arco de instabilidade leva a citar o contínuo embate dos EUA e outros países com relação às atitudes desenvolvidas pelo Irã, este protagonista de crises nos anos de 1970, quando, logo após a derrubada do governo e a chegada ao poder dos aiatolás, sucessivos embates defrontaram este país com os EUA. A invasão da Embaixada dos EUA nos anos 1970 é um exemplo desse fato. Logo após, nos anos 1980, uma guerra ocorreu com o Iraque. Recentemente, o Irã viu-se alvo de ações de embargo decretadas pelo Conselho de Segurança da ONU em face do desenvolvimento de um programa nuclear, visto principalmente pelos EUA e por Israel como sendo de característica não pacífica. Entre outras respostas que o Irã tem dado, deve-se relembrar a ameaça de fechar o Estreito de Ormuz. Mais uma vez a geopolítica do petróleo fez rufar os tambores da guerra, uma vez que por Ormuz passa uma quantidade significativa de petróleo e gás que servem de fonte de energia para diversos países.

Não é por acaso que durante os últimos 20 anos os EUA buscam mitigar a sua dependência de petróleo e gás daquela região. Não só como China e Índia, também os EUA têm aumentado sua importação dos países africanos produtores de petróleo, localizados no Golfo da Guiné. Alguns analistas visualizam em futuro o surgimento de um novo triângulo do “ouro negro” compreendendo o Golfo do México, o Golfo da Guiné e, como outro vértice, os campos do pré-sal brasileiros, como a nova área que irá saciar a demanda por esse recurso.

A crise de 2008 não levou somente à procura de outros locais para importação de petróleo e gás. A necessidade da retomada econômica faz com que outras fontes de energia sejam buscadas. Tal aspecto é reforçado também pelo desafio das mudanças climáticas, com a agenda do “desenvolvimento sustentável”. Deseja-se uma economia de “baixo carbono”, fruto de energias renováveis. Entretanto, os interesses econômicos, reforçados pela crise iniciada em 2008, demandam respostas de curto prazo, e um dos exemplos mais característicos de tal assertiva é o *shale gas* (gás de xisto).

O *Jornal Valor* (12/12/2012, página B-10) publicou matérias em que apresentava o acirrado debate sobre a séria ameaça ao meio ambiente proveniente da extração do gás de xisto nos EUA pelo método *fracking* (fratura hidráulica). Há contaminação de águas de rios e poços artesianos. Apesar disso, há uma década o xisto representava 1% da produção de gás natural norte-americano. Hoje, chega a quase 29%. A indústria siderúrgica na Pensilvânia retomou suas atividades e hoje produz competitivamente graças ao baixo custo do insumo gás na sua estrutura de produção.

As estimativas indicam que os EUA possuem 14 trilhões de metros cúbicos em reservas de gás de xisto. Estas podem durar cem anos. A perspectiva em relação ao xisto nos EUA é grande, pois não só o preço do gás é inferior ao do mercado internacional, como também o crescimento da sua participação na matriz energética contribui para diminuir significativamente a dependência das fontes no exterior. Não custa relembrar que nos anos 1970 o Brasil iniciou, na formação de Irati (Paraná até o Rio Grande do Sul), um projeto para obter petróleo e gás de xisto. Com o avançar das novas tecnologias, tal área pode vir a ser novamente de interesse.

O fato principal é que a América do Norte (EUA e Canadá), segundo relatório da Exxon Mobil, poderá tornar-se exportadora de petróleo e gás até 2025. O estudo concorda com as estimativas feitas pela Agência de Informação sobre Energia (EIA – sigla em inglês), do governo dos EUA. Percebe-se que alterações profundas no setor de geração de energia irão ocasionar mudanças significativas no campo econômico e, em decorrência, na geopolítica. Não se pode esquecer que China e Índia continuarão a pressionar a demanda global por combustíveis, para a qual se espera um incremento no mundo de 35%, de 2010 a 2040. (*Jornal Valor*, 12/12/2012, p. A-15, e 4/4/2013, p. B-16)

A ideia acima alinhada não se restringe somente aos aspectos da geopolítica do petróleo. O aumento da demanda por recursos naturais e alimentos, intensificado com o crescimento chinês e indiano, ainda sofre a influência do avanço de outros países emergentes, em que pese a desaceleração econômica dos chamados países desenvolvidos. A escassez leva então a refletir sobre a Lei do Mar, nascida ainda na Guerra Fria. A convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) fez surgir para 119 países, em dezembro de 1982, um regime legal sobre as águas que envolvem a superfície terrestre. (*Revista Diplomatie*, 2012)

A visão positiva sobre a convivência internacional com um regime legal sobre os mares, dentro do direito internacional, não era e ainda não é compartilhada por outros países. Na visão negativa, vê-se como um cerceamento que contraria a ideia do *mare liberum*. Os desafios do século XXI quanto à escassez de recursos materiais contribuem decisivamente para aumentar a tensão dos conflitos. Hoje, a pesca superexplorada, os impactos das mudanças climáticas e as riquezas minerais marinhas estão cada vez

mais ao alcance das novas tecnologias, levando a que atores não pertencentes a determinadas regiões geográficas venham explorar tais riquezas.

Em 1º de janeiro de 2013, o *Jornal Valor* publicou (página B-11) matéria do *The Wall Street Journal* com o título “Pesca Chinesa gera conflito em outros países”. As tensões não se restringem a seus vizinhos por pesca ilegal no Mar Amarelo em águas reclamadas pela Coreia do Sul. Embates também têm ocorrido com o Vietnã. Há problemas, ainda, com a Argentina e na África Ocidental. A China pretende expandir o número de embarcações para pesca em águas longínquas, até o fim de 2015, para aproximadamente 2.300 barcos.

Os litígios por reservas minerais e de gás na disputa pela jurisdição, com base na aplicação da Lei do Mar, têm sido crescentes em diversos locais do planeta. Foi assim que, em agosto de 2012, China e Japão elevaram o nível de confronto pelo arquipélago, chamado de Senkaku pelo Japão e de Diaoyu na China, zona com grande potencial de gás e petróleo. Como sempre, a linha de referência geo-histórica de longo prazo marcou o ocorrido. A ida de um grupo de chineses às ilhas para hastear a bandeira da China deu-se em 15 de agosto, o dia que marcou a rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial. As velhas feridas oriundas da ocupação japonesa do território chinês entre 1937 e 1945 voltaram a se expor.

Não se pode continuar o breve périplo do cenário contemporâneo sem fazer uma menção aos aspectos do meio ambiente e das mudanças climáticas. Há um exemplo marcante da conjunção dos seus efeitos: a abertura de rotas marítimas, de forma permanente, através do Oceano Ártico. A revista *The Economist* (fevereiro de 2013, p. 49) chama a atenção para tal ocorrência. O fato que motivou a reportagem foi

o pedido de Cingapura em querer ser um observador permanente do Conselho do Ártico, uma vez que a ausência de um tratado para aquela região fez os países próximos ao Ártico criarem tal órgão para que, em condomínio, tentem ajustar a ação dos países que possuem interesses no Ártico.

Se a atitude de Cingapura parece inusitada pela sua distância real geográfica da área, o impacto fica claro quando se toma conhecimento do maior uso da rota que cresceu em 2013, um terço a mais do que em 2011. Isso pode afetar a participação do porto de Cingapura no tráfego marítimo global. Além disso, o degelo na região pode vir a causar modificações territoriais em Cingapura, pela elevação do nível do mar. Acrescente-se que outros atores, estatais e não estatais, desejam ter assento à mesa do Conselho: China, Índia, Japão, Itália, União Europeia e Greenpeace. A plataforma continental do Ártico guarda grandes reservas de petróleo, gás e recursos minerais. (*Revista Diplomatie*, nº 10)

Os movimentos acima indicam que há um crescente interesse geopolítico pelo descongelamento no Ártico. Mais um fato exemplifica tal atitude. Em dezembro de 2012, no dia 4, o navio *Ob River* levou um carregamento de gás norueguês para o Japão passando pelo Ártico. A viagem foi realizada em menor tempo (menos três semanas) do que a rota que é normalmente utilizada passando, via Mar Mediterrâneo, pelo Canal de Suez e contornando a Ásia. Quem organizou o projeto foi a Gazprom Marketing and Trading, empresa russa, que busca aumentar o seu mercado. Esta

empresa fretou o navio-tanque na Grécia. Os preços, no momento, do afretamento são baixos. Também utilizou um navio quebra-gelo para preceder o *Ob River*. Sem dúvida, o encurtamento da viagem oferece boas perspectivas do ponto de vista econômico. (*Jornal Valor*, 3/12/2012, p. A-15). Tudo isso deixa claro a razão da US Navy ter criado uma Task Force Climate Change (força-tarefa para a mudança do clima).

Encerrar a breve viagem pelo cenário contemporâneo faz com que regressemos ao ponto de partida: a crise de setembro de 2008. Percebe-se como ela acelerou a ascensão da China, antecipando a sua posição de segunda maior economia do mundo. Começa a se delinear no horizonte o dese-

nho de um novo mapa geopolítico mundial.

Uma grande síntese do conturbado início do século XXI e das crises sem fim que têm proliferado é retratada na recente convulsão social que irrompeu entre 18 de maio e 24 de maio do corrente ano na Suécia. O que ocorreu com um país

visto como modelo social? A resposta passa pela desigualdade social, que se acentuou com a crise econômica e financeira. Há um alto desemprego entre os jovens, em especial os imigrantes. Planta-se a semente da desesperança e colhem-se as crises. Não faz muito tempo, a França, em 2005, viveu crise de intensidade semelhante no seu *banlieue* (subúrbio).

É com base nos cenários que se consegue pensar no longo prazo, não no sentido de previsão do futuro, mas para alinhar e ordenar os fatores que vão dar sentido às concepções da grande estratégia, e, em consequência disso, refletir e procurar

O século XXI será um período de grande influência do Poder Marítimo. Os fluxos do sistema de comércio internacional precisarão ser protegidos

buscar as linhas orientadoras para o campo marítimo e naval. Em princípio não parece restar dúvida quanto ao significado de um novo mapa geopolítico para um mundo com atores geograficamente distantes, mas interconectados e interdependentes especialmente pelos fluxos demandados por recursos naturais e alimentos. As linhas de comunicação marítimas vão crescer cada vez mais de importância. O século XXI será um período de grande influência do Poder Marítimo. Os fluxos do sistema de comércio internacional precisarão ser protegidos.

OS SONHOS E AS REALIDADES – CONCLUSÃO

Este artigo não tem a pretensão de preencher as lacunas de conhecimento sobre tão relevante e vasto tema. O propósito é suscitar o aprofundamento do debate tanto no campo teórico quanto nas demandas reais do dinâmico cenário geopolítico. Com a discussão, pode-se tentar trazer visões adequadas ao papel que o Brasil terá pela frente no trato dos atributos do mar. Identificado o nosso papel, conceber que ações das funções clássicas do Poder Naval serão passíveis de serem atendidas.

A globalização é um fato inegável, e os seus aspectos geoeconômicos crescem de forma ininterrupta. Em consequência, o Poder Marítimo continua, como fez historicamente, a influenciar a vida em terra. Isto pode ser atestado ao confrontar os quatro atributos do mar com o cenário contemporâneo. O século XXI mantém a característica de proeminência das ativida-

des marítimas ao influenciar as concepções estratégicas.

A equação montada para responder ao crescente papel das Marinhas, no que tange ao emprego político do Poder Naval (a Diplomacia Naval), continua a enfrentar um desafio histórico. Como suprir com qualidade e quantidade o número de plataformas adequadas para cumprir as funções clássicas do Poder Naval?

Ao problema acima, de como levar os sonhos ao mundo real, acrescenta-se a incorporação de inovações tecnológicas, de custo elevado, complicando a resolução da secular equação que desafia as Marinhas.

O importante é que o cenário atual apresenta a permanência dos Estados em procurar, em função da sua relação com o mar, enquadrarem-se nas categorias de Marinhas com maior ou menor relevância no cenário internacional. Os conflitos que ocorrem contemporaneamente indicam a continuada emergência de crises, sejam elas oriundas de

**A esquadra brasileira
estará pronta a dar
respostas, como já o fez
no passado? A sociedade
brasileira detém em sua
mão um grande patrimônio,
a “Amazônia Azul”, e a ela
compete dar o apoio ao seu
Poder Naval**

atores estatais ou não estatais. A proteção dos interesses no mar e na terra e a “gestão do caos”, exemplificadas, por vezes, nas ações de ajuda humanitária, continuarão a demandar a presença do Poder Naval, de forma isolada, em conjunto com as demais forças armadas do seu país ou em coalizões internacionais.

A passagem da concepção estratégica para o mundo real continuará a valer-se da Doutrina, que não poderá ser estática, ou seja, dogmática. E a forma de criar e transmitir as orientações de uma visão marítima comum aos diversos integrantes das Marinhas

far-se-á por meio da estrutura organizacional consagrada para dar unidade no emprego: a Esquadra, símbolo do Poder Naval.

No Brasil, permanece a necessidade de, a cada dia, mostrar o seu indelével vínculo com o mar. O Poder Marítimo faz-se presente no mais longínquo interior brasileiro, seja pelo mar ou por águas interiores, em especial as hidrovias. Cabe entender e

perceber as implicações das forças geopolíticas. A esquadra brasileira estará pronta a dar respostas, como já o fez no passado? A sociedade brasileira detém em sua mão um grande patrimônio, a “Amazônia Azul”, e a ela compete dar o apoio ao seu Poder Naval, com representatividade semelhante à almejada para o Brasil no cenário geopolítico internacional.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA>; Poder Nacional; Estratégia; Poder Marítimo; Poder Naval; Forças Armadas; Crise;

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F.E. Alves de; VIDIGAL, A.A.F. (org). *Guerra no Mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a História*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BOOT, Max, *War Made New: Technology, Warfare, and the Course of History 1500 to today*, Nova York. Gotham Books, 2006.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010.
- _____. *Le Meilleur des Ambassadeurs: Théorie et Pratique de la Diplomatie Navale*; Paris. Economica, 2010.
- DIAMOND, Jared. *Colapso – como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
- DIPLOMATIE: affaire Stratégique et relations internationales*. Paris, Août – September 2012 (Les Grandes Doniers nº 10)
- DRUCKER, Peter F. *Managing in the next society*. New York: St. Martins Press, 2002.
- FRIEDMAN, Norman. *Seapower as Strategy: navies and national interests*. Annapolis, Md, Naval Institute Press, 2001.
- GRAY, Colin S. *Another Bloody Century: Future Warfare*. Londres: Weidenfeld & Nicholson, 2005.
- HENROTIN, Joseph. *Les fondements de la stratégie navale au XXIe Siècle*. Paris: Economica, Institute de Stratégie Comparée, 2011.
- JUDT, Tony. *O Mal ronda a Terra*. São Paulo: Objetiva, 2011.
- KAPLAN, Robert. *The Revenge of Geography: What the Map tells us about coming conflicts and the battle against fate*. New York: Random House, 2012.
- KEELEY, Lawrence H. *A guerra antes da Civilização: o mito do bom selvagem*. War Before Civilization, 1996, Oxford University Press. Tradução de Fábio Faria, São Paulo, Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda. (2011).
- LANDES, David S. *A riqueza e a pobreza das Nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres*, 3ª ed.. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- LIANG, Qiao e XIANGSUI, Wang. *La Guerre hors limites*. Paris: Bibliothèque Rivages, 2003.
- RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- TILL, Geoffrey. *Seapower: A guide for the Twenty-First Century*. London: Frank Cass Publishers, 2004.